

*Fala –
Mas não separa o não do sim,
Dá ao teu falar também o sentido:
Dá-lhe a sombra.*

PAUL CELAN

AQUELE QUE DIZ “NÃO”:
SOBRE UM MODO PECULIAR DE FALAR DE SI /
Vladimir Safatle

Este pequeno texto de Freud, escrito em 1925, transformou-se, graças principalmente às leituras de Jacques Lacan e Jean Hyppolite, em um dos artigos fundamentais da teoria psicanalítica.¹ Sua concisão pode esconder sua real densidade. No entanto, aqui encontramos o ponto no qual a técnica psicanalítica de interpretação se articula às reflexões a respeito da “origem psicológica do julgamento” e da teoria freudiana do aparelho psíquico. Fica claro como, na experiência psicanalítica freudiana, a prática não é apenas meio para fundar uma clínica, mas também caminho para encontrar as estruturas que caracterizariam a psique humana.

1 / A bibliografia sobre o problema do estatuto das negações em psicanálise é bastante extensa, mas poderíamos lembrar aqui alguns bons textos como de Monique David-Ménard, “La Négation comme sortie de l’ontologie”. *Revue de Métaphysique et Morale*, n. 30, 2001-02; André Green, *Le Travail du*

négatif. Paris: Minuit, 1993; Pierre Macherey, “Le Leurre hégélien: Lacan lecteur de Hegel”. *Bloc-notes de la psychanalyse*, n. 5, 1985. Procurei desenvolver o problema especialmente no primeiro capítulo de meu livro *A paixão do negativo: Lacan e a dialética*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.

Que tal articulação entre prática e teoria seja patrocinada pelo problema do estatuto das negações na fala que o paciente endereça a seu analista, eis algo que não deve nos surpreender. O aparelho psíquico é, segundo Freud, organizado a partir do agenciamento de conflitos. Longe de ser uma instância unitária de representações que se cindiria apenas em situações patológicas, a psique está em contínuo conflito entre instâncias que obedecem a processos de pensamento e a modos de circulação do desejo, irredutíveis entre si. Isso significa, entre outras coisas, que não há uma linguagem comum capaz de descrever tudo o que é da ordem da atividade de um sujeito. Não por outra razão, Freud nos mostrou como o sujeito é algo que não pode ser descrito apenas apelando a um pronome pessoal, como “Eu”. Ele é, na verdade, algo que está sempre entre dois pronomes, entre a pessoalidade do “Eu” e a impessoalidade do “Isso”. Entre “O Eu e o Isso”.

Sendo assim, para um sujeito que se despiu da crença de poder descrever a si mesmo como se estivesse diante de uma instância unitária, a compreensão dos modos de relação que negações podem tecer aparece como uma estratégia importante. Ela permite entender como podemos operar sínteses entre conteúdos mentais sem, necessariamente, definir tais sínteses como um processo englobante de transcrição de conteúdos inconscientes em representações conscientes. Há uma forma peculiar de reconhecimento (*Annerkennung*) intrapsíquico na qual “o reconhecimento do inconsciente por parte do Eu se expressa em uma fórmula negativa”. Por isso, o problema apresentado pelo texto de Freud não é apenas um problema ligado a técnicas de interpretação analítica, mas à maneira como o sujeito se serve

de negações para produzir relações de síntese, acedendo a uma linguagem mais apta a dar conta de seus conflitos.

Nesse sentido, tal problema deverá necessariamente implicar uma problematização na maneira como resistências são analisadas. Se é verdade que há certas negações que são, principalmente, modos de produção de relações possíveis de síntese, então algo delas deve ser conservado pela intervenção do analista.² Há que se saber que nem tudo se diz sob a forma de determinações positivas, e isso vale também para os modelos de intervenção analítica. No fundo, esse é um dos eixos fundamentais da leitura proposta por Jacques Lacan, então em conflito com os princípios funcionais das práticas terapêuticas ligadas à antiga psicologia do ego. Ou seja, há uma reflexão importante sobre os modelos de análise de resistências induzida pelo texto freudiano, como gostaria de mostrar ao final.

A hipótese sublimadora

Para entender melhor este problema, examinemos o começo do texto. Nele, Freud sugere estarmos atentos à maneira como certas resistências aparecem no interior de situações clínicas. Elas têm normalmente a forma de uma recusa dirigida ao ana-

2 / A esse respeito: “Faz-se necessário compreender que o estatuto do negativo apresenta esta particularidade de ser, ao mesmo tempo, o avesso do positivo, conotação de um tipo de valência contrária ao que é primeiramente

afirmado, mas que ele é também revelação de um ser radicalmente outro que este do positivo, de tal maneira que a apreensão deste através dos meios que lhe são apropriados nunca esgotará sua natureza”. A. Green, op. cit., p. 59.

lista: “Você acredita que direi algo de ofensivo, mas não é o caso”, “Você acredita que essa mulher em meu sonho é minha mãe, mas não é verdade”.

Não se trata aqui de toda e qualquer negação, mas principalmente daquela que parece implicar a posição do analista na fala do paciente ou, se quisermos, daquela negação feita por um paciente cuja fala se deixa abrir às oposições pressupostas pela posição do analista. Nesse sentido, lembremos que há uma rica gramática de negações no pensamento freudiano e ela deve ser conjugada em suas especificidades. A negação presente na constituição do fetiche (*Verleugnung*), por exemplo, não é idêntica àquela que encontramos quando Freud descreve a constituição de certas alucinações, como no famoso caso da alucinação do dedo pretensamente cortado do Homem dos lobos (*Verwerfung*). Por sua vez, essas duas não são da mesma natureza da negação que Freud aqui descreve. Tais negações têm destinos diferentes e exigem modos distintos de elaboração.

Segundo uma perspectiva clínica de matriz lacaniana, a hegemonia de cada uma dessas negações define modalidades distintas de estruturas patológicas. Podemos dizer que a *Verleugnung* é hegemônica nas estruturas perversas, a *Verwerfung* nas psicóticas e a *Verneinung* nas neuróticas. Devemos ainda falar em “hegemonia” porque cada uma delas aparece em todas as estruturas, mas sempre há uma forma de negação que constitui o modelo geral de agenciamento de conflitos psíquicos dentro de uma estrutura.

Sobre tal negação própria à *Verneinung*, é bem provável, pensa Freud, que seu caráter peremptório seja a maneira como o con-

teúdo recalçado passa no seu oposto, realizando-se como uma afirmação. No entanto, tal passagem no oposto não significa a plena aceitação do recalçado. Como dirá Freud:

A negação é uma maneira de tomar consciência do recalçado; ela já é propriamente uma suspensão (*Aufhebung*) do recalque, mas certamente não se trata de uma aceitação (*Annahme*) do recalçado.

Insistamos neste ponto: uma suspensão intelectual do recalque que não é uma aceitação afetiva do recalçado. Um dos problemas centrais do texto consiste em compreender o que isso pode, afinal, significar. Uma das interpretações mais conhecidas consiste em dizer que, nesse caso, estaríamos diante de um processo de simbolização através do qual o conteúdo imediato é suspenso em prol de sua “sublimação” simbólica. Tal leitura, patrocinada sobretudo por Jean Hyppolite, gira em torno da exploração da presença do termo *Aufhebung* no texto freudiano. Hyppolite insiste na proximidade possível entre a negação freudiana e a sua maneira de compreender a negatividade própria ao processo hegeliano de constituição da consciência de si. Um pouco como se o aparelho psíquico clivado de Freud fosse uma figura possível do sujeito hegeliano que constitui sua identidade através de “negações autorreferentes”.

Note-se que essa questão não é apenas um passatempo historiográfico. Ela traz consequências importantes para a compreensão dos modelos de ação do sujeito psicanalítico, pois interfere na maneira como entendemos o que sujeitos procuram fazer quando se servem da negação para, de uma maneira muito pecu-

liar, falar de si para um outro em quem supõem um certo saber. Assumir a proximidade entre Freud e Hegel, ao menos tal como ela é sugerida por Hyppolite, equivale a admitir estarmos diante de uma “negatividade sem restos”, pois pronta a ser completamente inscrita no interior de um processo sublimatório.

Com tal questão de fundo em vista, Jean Hyppolite comentará o texto de Freud, em uma sessão dos seminários de Jacques Lacan. A base de sua leitura consistia em afirmar que tal *Aufhebung* produzida pela *Verneinung* freudiana era a maneira do sujeito “apresentar seu ser sob o modo do não ser”.³ Ou seja, nessa forma de o sujeito utilizar a negação, tal como descrita por Freud, encontraríamos um modo de apresentação do ser que equivaleria a uma “atitude fundamental de simbolicidade explicitada”.⁴ Essa é uma maneira de dizer que, ao negar algo que, no fundo, é o nome de seu próprio desejo, o sujeito estaria, na verdade, tentando inscrever simbolicamente aquilo que ele só pode reconhecer ao separar a aceitação intelectual da aceitação afetiva.

Isso significa que dizer, no interior de uma situação analítica, “essa mulher que aparece em meu sonho não é minha mãe” seria uma maneira não apenas de negar, mas também de aceitar, pois estabeleço uma relação de oposição entre “essa mulher” e “minha mãe” que permite ao segundo termo aparecer à

3 / Jean Hyppolite, “Commentaire de Jean Hyppolite sur la ‘Verneinung’”, in Jacques Lacan, *Écrits*. Paris: Seuil, 1966, p. 881.

4 / Id., *ibid.*, p. 886.

consciência, mesmo que cortado de sua aceitação afetiva. Daí por que Freud afirmaria:

Por meio do símbolo da negação, o pensamento se libera das limitações do recalque e se enriquece de conteúdos os quais ele não pode recusar para suas atividades.

Pois a partir do momento em que a consciência permite à “minha mãe” aparecer sob a forma de uma negação, “essa mulher” não será mais a mesma. Ela será cada vez mais acompanhada de seu oposto, até corroer as resistências de sua aceitação pela consciência ou até obrigar o sujeito a mobilizar negações cada vez mais fortes para que tal passagem no oposto não ocorra. Nesse sentido, a ação do analista não seria outra coisa que a *explicitação do que está implícito*, a posição do que está pressuposto.

Essa ação do analista não poderia ser confundida, no entanto, com alguma forma insidiosa de “sugestão”, como à sua maneira acreditavam críticos da psicanálise como Karl Popper.⁵ Popper crê criticar um modelo de interpretação no qual tanto a afirmação quanto a negação do paciente servirão como verificação para os modelos explanatórios pressupostos pelo analista, já que a negação seria simplesmente compreendida como resistência à correção da interpretação proposta. Aceitando

5 / Ver, sobretudo, Karl Popper, *Conjeturas e refutações*. Brasília: Editora da UnB, 1980.

ou recusando a interpretação apresentada pelo analista, este sempre teria razão. Nesse sentido, a psicanálise freudiana não forneceria critério algum para sua própria refutação; ela não poderia ser testável, o que demonstraria claramente seu caráter pseudocientífico. Daí a ideia de que: "A irrefutabilidade não é uma virtude, como frequentemente se pensa, mas um vício".⁶

Na verdade, a crítica rasteira de Popper não faz jus ao cuidado de Freud. Há, sim, um princípio de refutação da interpretação analítica e ele se encontra em sua força pragmática, o que fica claro em um texto como *Construções em análise*. A adequação de uma interpretação se mede pela sua capacidade em produzir novas associações e permitir o desenvolvimento do tratamento. Uma interpretação que nada produz (e elas ocorrem com frequência) é equivocada, não necessariamente por ser falsa no sentido realista do termo, mas por ser irrelevante, ou seja, errada no sentido pragmático. Pois o critério fundamental de uma interpretação não é exatamente sua veracidade, mas sua relevância em relação ao desenvolvimento do tratamento.

No entanto, como Freud está a pensar em mais do que problemas pontuais de interpretação analítica, faz-se necessário insistir na maneira como o tratamento se desenvolve a partir da assunção de negações. Pois é através da assunção de negação que sujeitos procuram dar conta da natureza conflitual de seus desejos. Nesse sentido, o problema a respeito da proximidade possível entre *Verneinung* e *Aufhebung* pelas vias da noção de su-

6 / Id., *ibid.*, p. 3.

blimação ganha uma importância central, pois define o destino de tais conflitos no interior da linguagem do paciente.

Em outro texto, eu insistira que tal aproximação era inadequada.⁷ Resumindo o argumento de então, seria possível dizer que a operação lógica pressuposta pela *Verneinung* se assemelha a uma inversão, *uma passagem no contrário que resulta da posição plena de um termo*. Assim, por exemplo, a negação da mãe é dissolvida na afirmação da presença da representação da mãe no pensamento do analisando. A negação do impulso agressivo contra o analista é invertida em afirmação do desejo de agressão. Nesse sentido, a *Verneinung* está mais próxima de uma lógica da contrariedade do que de uma lógica dialética da contradição, cuja dinâmica suporta a *Aufhebung*. O esquema lógico da *Verneinung* parece ser o resultado da posição dessa negação que Aristóteles chamava de "contrariedade"⁸ e que Hegel retoma de maneira dialética através das considerações sobre a oposição (*Gegensatz*). Ela indica a solidariedade existente entre dois termos contrários: o Um e o múltiplo, o ser e o nada. O Um é inicialmente *negação* do múltiplo, o ser é inicialmente *negação* do nada.⁹ Isso nos mostra

9 / Aristóteles dirá que: "De duas séries de contrários, uma é a privação da outra" (*id.*, *ibid.*, 1004b, 25), isso após ter distinguido negação e privação: "A negação é ausência da coisa em questão, enquanto, na privação, há também, subsistindo em um sujeito, uma natureza particular cuja privação é afirmada" (*id.*, *ibid.*, 1004a, 10).

7 / V. Safatle, *op. cit.*

8 / Cf. Aristóteles, *Metafísica*, livro Γ, 2, 1004a, 20.

que uma determinação só pode ser posta através da oposição, ou seja, ela deve aceitar a realidade de seu oposto. Quando nega de maneira peremptória a representação, o sujeito é levado a afirmar seu oposto. Nesse sentido, se há uma figura dialética próxima das passagens ao contrário da *Verneinung*, é a *Umschlagen* que Hegel distingue claramente da *Aufhebung*.

Mas, em Freud, há o que não deixa se inscrever no interior dessa relação de inversões entre opostos, e isso exige um modo diferenciado de elaboração. Há aquilo que não passa completamente em seu oposto e que, por isso, torna instáveis as inversões próprias à *Verneinung*. Em suma, a última palavra do analista nunca pode ser a mera posição de quem explicita o oposto, ou seja, de quem mostra o desejo de agressão por trás da negação do desejo de agressão, de quem mostra a mãe por trás dessa mulher. A posição do analista é muito mais aquela de quem pergunta: por que a síntese com esse afeto ou representação precisou encontrar uma forma negativa?

Para compreender melhor esse ponto e suas consequências clínicas, sigamos mais uma vez o texto freudiano.

Julgar e desejar

O texto de Freud é claramente dividido em duas partes, sendo que a segunda trata daquilo que ele chama de “as origens psicológicas das funções de julgamento”. Tal desenvolvimento do texto mostra, entre outras coisas, como Freud não admite distinções entre o sujeito psicológico e o sujeito do conhecimento. Conhecimento e interesse são atividades que se sobrepõem, o que o leva a procurar compreender como as funções do julga-

mento podem ser estruturadas a partir das dinâmicas pulsionais. E, se há uma similaridade entre o pulsional e as estruturas do julgamento, é porque o psicológico constitui o lógico. Pensamos da mesma maneira como procuramos nos satisfazer diante do mundo.

Através da compreensão pulsional do julgamento, Freud permite distinguir duas formas de negação, o que torna mais complexo o problema de como lidar com as negações na clínica. Sua reflexão parte da dualidade entre julgamentos de atribuição, nos quais decido se uma propriedade pertence ou não a um sujeito, e julgamentos de existência, nos quais decido se algo existe ou não na realidade. Cada um desses julgamentos apresenta uma forma de negação.

Há, por sua vez, uma explicação sobre a gênese do Eu a partir da constituição de modos de julgamento. Nessa explicação, os julgamentos de atribuição situam-se em posição originária, ou seja, eles têm prevalência, estabelecendo previamente o campo no interior do qual todos os julgamentos de existência poderão aparecer. Tal prevalência traz consequências para a noção de “realidade” presente nos julgamentos de existência.

A respeito dos julgamentos de atribuição, Freud afirmará que, quando o Eu é o sujeito da proposição, trata-se de decidir, a partir de critérios sobre bom e ruim, sobre útil e nocivo, se algo aparece ou não como sua propriedade. É propriedade do Eu tudo o que lhe aparece como bom. É rejeitado para fora tudo o que lhe aparece como ruim. Freud falará, em outra ocasião, das “frequentes, múltiplas e inevitáveis sensações de dor e de desprazer que o princípio do prazer, dominando sem limites,

exige suprimir e evitar [*aufheben und vermeiden*]. Nesse sentido, “negar algo no julgamento quer dizer, no fundo, eis algo que prefiro recalcar”. Ou seja, essa rejeição para o exterior é uma primeira forma de negação, descrita por Freud não ainda como *Verneinung*, mas como *expulsão para fora de si* [*Ausstoßung aus dem Ich*] capaz de pressupor a separação radical entre o Eu e um Real que aparece como traumático.

— Aceitar a prevalência de tal separação originária implica admitir não haver inicialmente oposições epistêmicas entre objetivo e subjetivo, pois elas seriam produzidas a partir de considerações ligadas à maximização do prazer e ao afastamento do desprazer, ou seja, à lógica própria ao que Freud chama de “princípio do prazer”. Apoiando-se na procura do prazer, o primeiro princípio para a realização de exigências de autoconservação, o Eu – então na posição de Eu-prazer originário [*ursprüngliche Lust-Ich*] – procura se diferenciar pela primeira vez do desprazer do mundo exterior e das moções pulsionais do Isso, determinando assim um princípio de autoidentidade e de estabilidade. Esse exterior é, no entanto, algo marcado com o selo do que foi expulso. Ou seja, dele, o Eu nada quer saber.

— No entanto, podemos dizer que se há algo que a psicanálise nos ensinou é que nada se expulsa por completo. Isso do qual o Eu precisou se separar, precisou negar para sustentar sua autoconservação, sempre retorna. O reconhecimento d’Isso que o Eu inicialmente negou para poder se afirmar como instância autoidêntica, ou seja, o reconhecimento dessa exterioridade radicalmente heterogênea, é um problema central. Como bem lembrará Monique David-Ménard: “O que Freud chama, ao final de

seu texto, o ‘negativismo de tantos psicóticos’ é essa conduta de aparência linguística incapaz de inventar o compromisso com o ‘mal’; o que, ao contrário, a negação é capaz de fazer”.¹⁰ Quando não é possível inventar tal compromisso com o que foi excluído, ele retorna sob a forma de delírios, alucinações ou, se seguirmos Lacan, de *acting out*. Quando é possível, então a negação abre as portas para uma modalidade renovada de reconhecimento.

Mas, para compreender a extensão de tal problema, continuemos a descrição da estrutura dos julgamentos, segundo Freud. É no interior do campo delimitado por tal expulsão para fora de si do que vai contra as exigências do princípio do prazer que os julgamentos de existência podem aparecer. Ou seja, a realidade, para Freud, é o que se constrói após a recusa do que estará expulso do Eu e de seu sistema de saber. A “realidade” só aparece depois que expulso algo sobre o qual nada quero saber. Isso permite a Freud reapresentar sua ideia da percepção como uma espécie de reencontro do objeto. Se os julgamentos de existências são aqueles nos quais decido se algo existe ou não na realidade, então Freud deve completar lembrando que tal decisão é motivada pela tentativa de repetir experiências de satisfação. Procuo decidir o estatuto de realidade de uma representação mental porque sua realidade é, para mim, fonte de satisfação.

Freud insistira em vários momentos que percepções são guiadas pela tentativa de adequar representações constituídas a partir de traços mnésicos vindos de experiências primeiras

10 / M. David-Ménard, op. cit., p. 59.

de satisfação a objetos que se demonstraram capazes de passar por uma “prova de realidade”. Tal prova de realidade não pode ser compreendida, no entanto, como uma descrição positiva de estados de coisas dotados de acessibilidade epistêmica e autonomia metafísica. A realidade [*Wirklichkeit*] à qual Freud alude quando fala do “princípio de realidade” e da “prova de realidade” não tem relações com um princípio realista de descrição de estados de coisas.

Tomemos, por exemplo, a “prova de realidade”. Na verdade, ela é uma prova pragmática resultante das experiências de decepção em relação à tentativa de se satisfazer através da simples repetição alucinatória das representações. Por perceber que a alucinação do objeto desejado não produz a satisfação procurada, o sujeito constitui aos poucos uma espécie de prova que o leva a diferenciar objeto alucinado e objeto percebido. Mas note-se que tal diferenciação não é epistêmica; ela é meramente pragmática e ligada às exigências de satisfação do desejo. Ou seja, estamos diante de uma prova de realidade que, na verdade, foi moldada pelo princípio do prazer, foi construída como uma astúcia para realizar de maneira mais eficaz o princípio do prazer. Não há aqui relação alguma de contraposição.

Todo o problema da negação [*Verneinung*] gira em torno da estrutura de tais julgamentos de existência. Pois se julgamentos de existência são compreendidos sob a forma do reencontro, se eles são estruturas gramaticais que permitem ao sujeito procurar aproximar representação mental e objeto percebido, uma negação [*Verneinung*] indica situações paradoxais nas quais o sujeito procura, ao contrário, deliberadamente afastar repre-

sentação e objeto, mesmo sabendo que, do ponto de vista do desejo, um é a verdade do outro.

A boa pergunta aqui é: por que isso ocorre? Poderíamos dizer que fatos como esse ocorrem devido ao peso da censura e da repressão. Se levarmos em conta um dos exemplos presentes no texto freudiano, poderíamos dizer, por exemplo, que a censura ligada à lei social do incesto leva o sujeito a tentar afastar o reconhecimento da adequação entre “essa mulher” que apareceu como representação mental onírica e “minha mãe” como objeto percebido. Assim, se Freud afirma que a aceitação intelectual ocorre sem abrir as portas para a aceitação afetiva, seria porque o peso da censura e da repressão deixaria sempre suas marcas.

Mas conhecemos outra maneira de pensar o problema. Haveria realmente algo de inadequado no objeto percebido, daí por que o sujeito se serve de uma negação. Mas tal inadequação não diz respeito à direção para a qual a representação onírica aponta. De fato, ela se direciona ao objeto proposto por Freud. No entanto, o objeto é apenas uma ocasião para reapresentar algo que está abaixo dele. É uma ocasião para, através da negação, retornar ao que foi “expulso para fora de si”. Algo que não é o desejo de agressão contra o analista retorna sob a forma do desejo de agressão contra o analista. Através da negação, o sujeito diz duas coisas. Ele diz qual o objeto imediato de seu desejo; por isso ele afirma algo. Mas ele diz também que tal objeto lhe apareceu como desejante apenas por ter permitido que algo de radicalmente heterogêneo encontrasse uma forma de se manifestar em sua fala; por isso ele nega algo.

Nesse sentido, o objeto, de uma maneira paradoxal, *é e não é* adequado a um julgamento de existência. *Ele é adequado* por indicar a direção para onde a fala do paciente aponta. *Ele é inadequado* porque tal direção não é a última estação de seu desejo. O objeto é, de certa forma, uma astúcia para que algo de profundamente perturbador retorne, respeitando certa distância.

Por isso, a interpretação da negação [*Verneinung*] através de sua passagem no oposto, ou seja, através do desvelamento de suas relações implícitas, mesmo que signifique a “plena aceitação intelectual do recalco”, não equivale à superação [*Aufhebung*] do “processo de recalque”. E, se Freud pode afirmar que o símbolo de negação permite um “primeiro grau de independência” do pensamento em relação às consequências do recalque e das restrições impostas pelo princípio do prazer, é porque ele é a maneira inicial através da qual o que quebra as exigências do Eu-prazer originário retorna.

Comer miolos frescos depois da análise

Se essa interpretação for correta, não se interpreta uma negação simplesmente fazendo-a passar em seu oposto, e esse é com certeza um dos ensinamentos mais produtivos da interpretação lacaniana do texto de Freud. Tomemos um exemplo que Lacan traz à clínica de Ernst Kris. É com ele que Lacan termina sua resposta ao comentário, feito por Jean Hyppolite, sobre o texto freudiano.

Trata-se de uma vinheta clínica apresentada por Kris a respeito de um jovem cientista incapaz de publicar suas pesquisas. Tal impossibilidade é derivada de uma compulsão, que ele julga ter, ao plágio. Assim, encontramos um paciente que

organiza sua posição subjetiva a partir da proposição: “Eu não posso publicar o que escrevo, pois no fundo sou um plagiador”. Ela não deixa de ressoar seu comportamento, na juventude, de pequenos furtos de livros e doces. Ela não deixa, também, de colocar em cena um modo de relação intersubjetiva por comparação que remete às relações com seu pai e seu avô, um “grande pai” [*grandfather*] que realizou o sucesso que o pai não foi capaz de alcançar.

Um dia, o paciente chega à sessão analítica afirmando ter encontrado um livro que contém as ideias dos textos que escrevera, mesmo sem publicar. Kris intervém pedindo para ler o livro. O que ele faz, concluindo não haver nada do que o paciente temia. Ao contrário, dirá Kris, o paciente projetava no outro ideias que ele gostaria de ter. Isso permite a Kris inverter a proposição do paciente, fazendo-a passar em seu oposto através de uma afirmação como: “Você pode publicar o que escrever, pois não é um plagiador. Na verdade, você sofre da deformação de atribuir aos outros suas próprias ideias”. Ou seja, é a estrutura das passagens no oposto próprias à negação [*Verneinung*] que aparece claramente aqui.

Ela permite a Kris intervir no nível da “apreciação da realidade”, tentando levar o paciente a aceitar que: “sempre lidamos com as ideias dos outros; trata-se de uma questão de saber como lidar com elas”. Ao apresentar sua interpretação, Kris ouve do paciente a seguinte resposta: “Sempre quando minha sessão de análise termina, um pouco antes do almoço, eu gosto de passear por uma rua onde encontro um restaurante que oferece um de meus pratos preferidos: miolos frescos”.

Lacan dirá que tal resposta expõe, na verdade, o fracasso da intervenção de Kris. Pois, mesmo que a análise de Kris não estivesse incorreta, falta analisar o desejo de “comer miolos frescos”. Pouco importa se ele é ou não plagiário, mas é certo que seu desejo de plágio é algo de estruturador e intransponível. Isso leva Lacan a insistir que há uma relação oral primordial e bruta através da qual o sujeito tece suas identificações. Essa relação, não por acaso, aparece bloqueando uma dimensão essencial do reconhecimento linguisticamente estruturado, a saber, a dimensão da “publicação”, do tornar-se público, do assumir para o Outro a forma de suas ideias. Pois tal relação oral tem algo, para esse sujeito, de não inscriível em uma forma reconhecida. Ela simplesmente não pode ter uma forma reconhecida. Dela, o Eu “nada quer saber”, pois é ela o que foi “expulso para fora de si” como radicalmente para além dos limites do princípio do prazer.

Por isso, a única forma possível de reconhecimento aparece através “de um ato totalmente incompreendido do sujeito”.¹¹ Um *acting out* que ele repete, como se traduzisse em forma imaginária aquilo que deveria ser capaz de apreender de forma simbólica. Mas depois da intervenção do analista, com sua inversão onde o sujeito encontra no outro aquilo que ele projetara, só restou a produção do *acting out*. Pois ele indica, principalmente, a pobreza da linguagem simbólica que se constitui na situação analítica ou, se quisermos, a pobreza da linguagem usada pelo analista para interpretar as produções do analisando.

11 / J. Lacan, op. cit., p. 398.

Que o “não” do paciente, ao dizer “eu não posso publicar, eu não sou alguém que possa publicar suas próprias ideias”, seja invertido pelo analista em uma afirmação do tipo “você pode publicar, nossas ideias sempre vêm de outros”, isso significa uma espécie de bloqueio na escuta mais precisa desse “não”. Não foi possível ouvir como tal negação era mais brutal, pois pedia o desenvolvimento de uma experiência com a linguagem na qual a confusão das relações profundamente orais pudesse vir à tona e encontrar uma forma. O que era impossível no interior de um uso da linguagem marcada pelas fronteiras individualizadas de quem se sente, a todo momento, entrando indevidamente no domínio de um outro, sendo desmascarado como um plagiador. O que demonstra como compreender o que se procura produzir, quando se nega, exige mais do que uma escuta de superfície.